



LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL



CÓDIGO DE CONDUTA

Janeiro de 2010

(atualizado em dezembro de 2022)

ÍNDICE

| | | |
|---|--|---|
| 1 | ÂMBITO DE APLICAÇÃO | 1 |
| 2 | PRINCÍPIOS GERAIS | 2 |
| 3 | PRINCÍPIOS E VALORES DA CONCILIAÇÃO | 3 |
| | 3.1 Liderança e compromisso | 3 |
| | 3.2 Política de Conciliação | 4 |
| 4 | RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR | 5 |
| | 4.1 Prossecução do interesse público | 5 |
| | 4.2 Independência | 5 |
| | 4.2.1 Atividades externas | 5 |
| | 4.3 Segredo profissional | 5 |
| | 4.4 Relacionamento com o público | 6 |
| | 4.4.1 Princípios básicos | 6 |
| | 4.4.2 Proteção de dados | 6 |
| | 4.5 Contactos com os meios de comunicação social | 6 |
| | 4.6 Relacionamento com outras entidades | 6 |
| 5 | RELAÇÕES INTERNAS | 7 |
| | 5.1 Lealdade e cooperação | 7 |
| | 5.2 Utilização dos recursos do LNEC | 7 |
| 6 | PUBLICAÇÃO | 8 |

1 | ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Código de Conduta (a seguir designado por «Código») estabelece linhas de orientação em matéria de ética profissional para todos os trabalhadores e restantes colaboradores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP (LNEC), constituindo igualmente uma referência para o público no que respeita ao padrão de conduta exigível ao LNEC no seu relacionamento com terceiros. O Código contém as convenções e normas éticas a que se considera ser devida obediência e clarifica os padrões de referência a utilizar para a apreciação do grau de cumprimento de obrigações assumidas por parte dos seus trabalhadores, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis em áreas funcionais específicas do LNEC. Os membros do Conselho Diretivo do LNEC ficam sujeitos às disposições deste Código na parte que lhes seja aplicável.

2 | PRINCÍPIOS GERAIS

A atuação dos trabalhadores deve pautar-se pelos seguintes princípios:

- Diligência;
- Equidade;
- Eficiência;
- Lealdade;
- Integridade;
- Independência;
- Isenção;
- Responsabilidade;
- Rigor.

Os trabalhadores devem igualmente aderir a padrões elevados de ética profissional e evitar situações suscetíveis de originar conflitos de interesses.

É dever dos trabalhadores o cumprimento com zelo e eficiência das responsabilidades e dos deveres que lhes sejam cometidos, mantendo e reforçando a confiança do público no LNEC, contribuindo para o eficaz funcionamento e a boa imagem da Instituição.

3 | PRINCÍPIOS E VALORES DA CONCILIAÇÃO

O LNEC, através do seu Conselho Diretivo, das suas Unidades Orgânicas e restantes trabalhadores, compromete-se com o desenvolvimento de uma política de cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e outros que o LNEC subscreva, com o envolvimento das partes interessadas, nas suas diferentes atividades e no seu sistema de gestão, com a implementação de um processo dinâmico de melhoria contínua no desenvolvimento dos seus processos e atividades, e com total respeito pelos princípios da conciliação.

Na definição da sua Política da Conciliação, o LNEC assume os seguintes princípios da Conciliação:

- **Igualdade e não discriminação** de todas as pessoas;
- **Conciliação** na organização do trabalho, levando em conta as necessidades familiares, pessoais e sociais dos trabalhadores;
- **Responsabilização** pelas ações e omissões da organização no impacto nas partes interessadas, na economia e na sociedade;
- **Transparência** ao nível das políticas, decisões e atividades;
- **Conduta Ética** baseada em valores de honestidade, equidade e integridade perante os seus trabalhadores, partes interessadas e sociedade em geral;
- **Respeitar, considerar e responder aos interesses das suas partes interessadas.**

É vedado aos trabalhadores a prática de qualquer tipo de discriminação, nomeadamente, com base na raça, sexo, idade, incapacidade, preferência sexual, opiniões políticas, ideias filosóficas ou convicções religiosas. Os trabalhadores devem demonstrar sensibilidade e respeito mútuo e abster-se de qualquer comportamento tido como ofensivo por outra pessoa, assim que esta se manifestar nesse sentido.

3.1 Liderança e compromisso

O Conselho Diretivo do LNEC compromete-se na implementação e melhoria da eficácia do Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (SGC), nomeadamente:

- Estabelecendo uma política, objetivos e metas de conciliação compatíveis com o contexto e estratégia da Organização;
- Identificando e integrando os requisitos do SGC nos processos e atividades da Organização;
- Assegurando a disponibilidade dos recursos necessários à implementação, manutenção e melhoria do SGC;
- Promovendo a comunicação da importância de uma gestão eficaz nas matérias de conciliação;

- Garantindo o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas;
- Assegurando que o SGC atinge os resultados pretendidos;
- Comprometendo, orientando e apoiando os colaboradores para uma maior eficácia do SGC;
- Estabelecendo boas práticas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, nomeadamente na organização do trabalho, apoio profissional e desenvolvimento pessoal, bem como equipamentos, serviços e benefícios;
- Promovendo a melhoria.

3.2 Política de Conciliação

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil — LNEC considera determinante a Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional como elemento integrante da sua estratégia, de forma a promover, coordenar e empreender a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, bem como outras atividades científicas e técnicas necessárias ao progresso e à boa prática da engenharia civil. Com base no desenvolvimento de uma estratégia sustentável, o LNEC compromete-se a cumprir e fazer cumprir os requisitos do Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) de modo a garantir o seu eficaz funcionamento, bem como assegurar as atividades necessárias para garantir melhoria contínua deste Sistema.

A Missão, os Valores e os Objetivos estratégicos do LNEC reforçam esta política de conciliação, assente na melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores, respeito pelo outro, igualdade de género e trabalho de equipa, nomeadamente através da implementação e partilha de Boas práticas laborais, melhoria e ajuste da oferta de Serviços e benefícios e dinamização e promoção de atividades no âmbito do Apoio profissional e desenvolvimento pessoal, no sentido de ser uma referência nos diversos domínios da engenharia civil e áreas afins.

O LNEC, através do seu Conselho Diretivo, compromete-se a implementar a Política de Conciliação, assegurando o contributo e envolvimento contínuo das partes interessadas relevantes, tendo em conta as suas necessidades e expectativas, e garantindo o cumprimento da legislação e de outros requisitos aplicáveis com o enquadramento necessário à definição de objetivos, a monitorização e melhoria contínua do SGC.

4 | RELACIONAMENTO COM O EXTERIOR

4.1 Prossecução do interesse público

Os trabalhadores devem, em todos os seus contactos com o exterior, atuar no respeito pela Constituição, pelas leis e pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, desempenhando as suas funções com equidistância relativa aos interesses com que sejam confrontados na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos, não retirando vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiros.

4.2 Independência

4.2.1 Atividades externas

Os trabalhadores podem exercer atividades de carácter não remunerado fora do horário de trabalho, desde que tais atividades não interfiram com as suas obrigações para com o LNEC ou não deem origem a conflitos de interesses.

O exercício de atividades remuneradas requer prévia autorização do LNEC, para verificação de eventuais incompatibilidades, nos termos do disposto nas normas em vigor.

No exercício de atividades políticas, os trabalhadores devem atuar de forma a preservar a independência e a neutralidade do LNEC.

A título individual, os trabalhadores podem ser membros de instituições científicas ou outras, podendo, nomeadamente, dedicar-se a investigações, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras atividades do mesmo teor. No entanto, desde que esteja em causa a sua afiliação ao LNEC, deverão contar com a prévia autorização superior, obtida nos moldes previstos nas normas internas em vigor.

Tendo, ainda, em consideração que a posição oficial do LNEC sobre matérias e questões em concreto só pode ser publicamente expressa pelo Conselho Diretivo, ou por outros dos seus trabalhadores que para tal tenham sido prévia e expressamente mandatados ou autorizados, fica interdita aos trabalhadores do LNEC, nesta sua qualidade, a tomada de posição pública sobre essas mesmas matérias e questões.

É vedado aos trabalhadores a receção de qualquer compensação de carácter financeiro ou outro pelo exercício de qualquer atividade externa no cumprimento das suas funções.

4.3 Segredo profissional

É vedado aos trabalhadores a divulgação ou o uso de informação obtida no desempenho das suas funções ou em

virtude desse desempenho.

4.4 Relacionamento com o público

4.4.1 Princípios básicos

Os trabalhadores devem evidenciar, no seu relacionamento com o público, disponibilidade, eficiência, correção e cortesia. Devem ainda assegurar-se que, na medida do possível, os utentes dos serviços do LNEC obtenham as informações que solicitam. Tais informações, bem como as eventuais razões para o seu não fornecimento, devem ser claras e compreensíveis.

4.4.2 Proteção de dados

Os trabalhadores que lidem com dados pessoais relativos a cidadãos individuais ou que tenham acesso a esses dados devem respeitar as disposições previstas na Lei nº 58/2019, de 8 de agosto (assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (U.E.) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016), relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. Tais trabalhadores não podem, nomeadamente, utilizar dados pessoais para fins ilegítimos ou comunicá-los a pessoas não autorizadas a utilizá-los.

4.5 Contactos com os meios de comunicação social

É vedado aos trabalhadores o fornecimento de informações, sobre a atividade e/ou imagem pública do LNEC, que não estejam ao dispor do público em geral, sem que tenham obtido autorização prévia do Conselho Diretivo.

4.6 Relacionamento com outras entidades

No relacionamento com outras entidades, de natureza pública ou privada, os trabalhadores devem observar as orientações e posições do LNEC, pautando a sua atividade por critérios de qualidade, integridade e isenção, fomentando e assegurando um bom relacionamento.

Os trabalhadores devem evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses. Existe conflito de interesses sempre que os trabalhadores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar, ou aparentar influenciar, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, ou para o seu círculo de amigos e conhecidos.

5 | RELAÇÕES INTERNAS

5.1 Lealdade e cooperação

É dever dos trabalhadores o desempenho das suas funções com subordinação aos objetivos do LNEC.

Assim, devem os trabalhadores:

- desempenhar adequadamente as tarefas que lhes são atribuídas;
- cumprir as instruções;
- respeitar os canais hierárquicos;
- transmitir aos superiores e colegas de equipa informações que possam afetar o andamento dos trabalhos.

5.2 Utilização dos recursos do LNEC

Os trabalhadores devem respeitar e proteger o património do LNEC e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos serviços e/ou das instalações.

Os trabalhadores devem também, no exercício da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas do LNEC, a fim de permitir o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

6 | PUBLICAÇÃO

O presente Código de Conduta será divulgado nas páginas do LNEC na Internet e Intranet.